



Exmo. Senhor  
Eng.º Nuno Araújo  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário  
de Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA  
Ofício nº 1568

SUA COMUNICAÇÃO DE  
20-04-2017

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 3978/XIII/2.ª, de 20 de abril de 2017**  
**Efeitos ambientais da laboração da ECOSLOPS - Sines**

*Caro Nuno Araújo,*

Na sequência do ofício acima identificado e em resposta à pergunta n.º 3978/XIII/2.ª, de 20 de abril de 2017, formulada pelos Senhores Deputados Eurídice Pereira, Ana Catarina Mendonça Mendes, Paulo Trigo Pereira, Ivan Gonçalves, Sofia Araújo, André Pinotes Batista e Francisca Parreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

- 1. A licença ambiental emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente previu as medidas de redução e minimização de odores a adotar pela ECOSLOPS e sugeridas pela Câmara Municipal de Sines em sede de consulta pública?**

Em sede de consulta pública, a Câmara Municipal de Sines sugeriu, relativamente aos odores, a existência de um sistema de eliminação dos mesmos para o exterior e a apresentação de um estudo para a cobertura de todos os órgãos com extração e lavagem de gases, bem como a instalação de um sistema de desodorização/eliminação de odores na zona envolvente da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Aquando da emissão da Licença Ambiental (LA) e no sentido de minimizar a questão dos odores, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) impôs à instalação um conjunto de Melhores Técnicas Disponíveis (MTD) de acordo com os BREF (Best Available Techniques (BAT) REFERENCE documents) aplicáveis, incluindo as relacionadas com tratamento de emissões gasosas e que incluem medidas sugeridas pela Câmara Municipal de Sines em sede de consulta pública, de acordo com a aplicabilidade das MTD à instalação da ECOSLOPS.

Em matéria de recursos hídricos, em 2014 foi emitida à Ecoslops licença e em fevereiro último foi solicitada, pela Ecoslops, a sua renovação, encontrando-se a mesma em análise. Salienta-se que a empresa propõe no âmbito deste novo processo, um conjunto de melhorias no desempenho da Estação de Tratamento de Águas Residuais, que potencialmente se traduzirá também em redução de odores.

A APA encontra-se a avaliar e a preparar internamente, nas várias vertentes ambientais, um plano de medidas adicionais a impor à instalação no âmbito do licenciamento ambiental.

- 2. Existem dados de monitorização das fontes de emissões difusas existentes na unidade ECOSLOPS?**  
Os relatórios dos resultados das monitorizações da emissão de poluentes para atmosfera são enviados à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CDR-LVT).



3. Porque não responde a Agência Portuguesa do Ambiente do Alentejo às questões formuladas pela Câmara Municipal, em 30 de novembro de 2016, aquando da verificação incomodidade provocada pelos odores provenientes da ECOSLOPS, e a CCDRA quanto aos resultados obtidos pela estação de monitorização da qualidade do ar?
4. Qual o trabalho já desenvolvido pelos órgãos com competência para fiscalizar, designadamente a IGAMAOT e a CCDRA face a situação apresentada pela Câmara?

Perante as denúncias recebidas e a comunicação da Câmara Municipal, a APA solicitou à Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) a informação disponível, para um melhor acompanhamento da LA e a realização de uma ação inspetiva, com vista a avaliar a necessidade de impor medidas adicionais à instalação.

Relativamente aos maus cheiros referidos, existe na IGAMAOT um processo de denúncia relativo ao estabelecimento em causa, instaurado na sequência de ofício remetido pela Câmara Municipal de Sines, em 26 de dezembro de 2016. Para averiguação da situação denunciada, a IGAMAOT encetou diligências junto da CCDR Alentejo.

No passado dia 12 de janeiro de 2017, foi efetuada uma visita às instalações da Ecoslops pela CCDR-Alentejo, no sentido de se inteirar da situação que estará na base das denúncias de incomodidade apresentadas pelos munícipes de Sines.

Durante a visita às instalações, foi prestada informação sobre o funcionamento dos sistemas e verificaram-se os diversos locais onde há emissões difusas, sendo algumas a origem dos odores reclamados. Foi possível perceber as intervenções já efetuadas e as previstas no plano da empresa para redução da emissão de odores, tendo sido transmitido pelos responsáveis da empresa que após a conclusão da implementação do plano, procederiam a uma nova avaliação dos resultados para perceber da eficácia das medidas adotadas e estudo de medidas adicionais conducentes à melhoria desejada.

Entre fevereiro e março de 2017, com a duração aproximada de um mês, decorreu uma ação de monitorização da qualidade do ar com a unidade móvel da CCDR Alentejo a fim de se tentar perceber se haveria algumas emissões não previstas e que pudessem ser associadas a odores. Os resultados, de acordo com a CCDR Alentejo, foram inconclusivos.

A CCDR Alentejo continuará a acompanhar a monitorização da qualidade do ar na zona.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa